

8 - 2 | 2020

INOVAÇÃO E GOVERNANÇA PARA A SUSTENTABILIDADE DAS ORGANIZAÇÕES DE ECONOMIA SOCIAL: EDUCAÇÃO DE JOVENS EMPREENDEDORES E DIRIGENTES DE PROJETOS SOCIAIS

Innovation and Governance to the Social Economy Organisations: youth's education for social entrepreneurs and social projects' managers

Innovación y gobernanza para las organizaciones de la economía social: educación juvenil para emprendedores sociales y gerentes de proyectos sociales

Cláudia Cordeiro | Pedro Oliveira

Electronic version

URL: <https://revistas.rcaap.pt/uiips/> ISSN: 2182-9608

Publisher

Revista UI_IPSantarém

Printed version

Date of publication: 31st July 2020 Number of pages: 144-156

ISSN: 2182-9608

Electronic reference

Cordeiro, C., & Oliveira, P. (2020) INOVAÇÃO E GOVERNANÇA PARA A SUSTENTABILIDADE DAS ORGANIZAÇÕES DE ECONOMIA SOCIAL: EDUCAÇÃO DE JOVENS EMPREENDEDORES E DIRIGENTES DE PROJETOS SOCIAIS. Edição Temática: Ciências Sociais e Humanas. *Revista da UI_IPSantarém*, 8(2), 144-156.

INOVAÇÃO E GOVERNANÇA PARA A SUSTENTABILIDADE DAS ORGANIZAÇÕES DE ECONOMIA SOCIAL: EDUCAÇÃO DE JOVENS EMPREENDEDORES E DIRIGENTES DE PROJETOS SOCIAIS

Innovation and Governance to the Social Economy Organisations: youth's education for social entrepreneurs and social projects' managers

Cláudia Cordeiro

Instituto Politécnico de Santarém, Portugal

claudiacordeiroortiga@gmail.com

Pedro Oliveira

Instituto Politécnico de Santarém, Portugal

pedro.oliveira@esg.ipsantarem.pt

RESUMO

A inovação social passa por prototipar projetos educativos impactantes junto das novas gerações. A par disto, o desenvolvimento endógeno apela ao empreendedorismo social e a instituições educativas locais que lancem essas sementes em parceria com associações cooperativas de desenvolvimento económico, social e cultural. Neste artigo apresentamos o caminho que foi tomado desde a planificação da ação, passando por uma breve descrição das aulas, análise dos resultados aferidos, e ainda uma reflexão acerca das opiniões de todos aqueles que, sendo externos ao mesmo, trabalharam de perto com os intervenientes e sem os quais não faria sentido tirar quaisquer ilações. A questão de investigação que subjaz: “Qual o impacto de um projeto de empreendedorismo social numa escola pública?” ficou respondida: o impacto é visível nos alunos, que aumentaram de modo significativo as suas aceções acerca dos conceitos chave que pretendíamos alcançar.

Palavras-chave: educação, economia social, empreendedorismo, governança

ABSTRACT

Social innovation comprises to prototype impacting educational projects among the new generations. Endogenous development calls for social entrepreneurship and local education institutions to throw the seeds together with development cooperatives for economic, social and cultural purposes. In this article it is enlightened the theoretical tools that were used to conceptualise our work, as well as the track we took since planning classes (according to the intended objectives), a brief description of those classes, the analysis of the results, and also the description and reflexion about the opinions of all those who, yet external to the project, worked close to it and without whose points of view, it wouldn't make sense to project any findings. The investigation question was: “What is the impact of a social entrepreneurship's project at a public school?” and it was possible to answer to it as it is visible in students, who heightened their acknowledgment concerning the key concepts we postponed.

Keywords: education, entrepreneurship, governance, social economy

1 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo refere-se ao projeto aplicado do mestrado de Gestão de Organizações de Economia Social (GOES), da Escola Superior de Gestão e Tecnologia do Instituto Politécnico de Santarém e tem por objetivos: sensibilizar a comunidade escolar para a validade de intervenções desta natureza; e dar conta do impacto da implementação do projeto em concreto, nas expectativas e aceções destes agentes antes, durante e depois do mesmo.

Ao longo dos dezoito meses que caracterizam a parte curricular deste mestrado, identificámos algumas características da economia social, como: a dificuldade de aceitar a inovação; a consciência clara de que estas organizações são atores de execução de políticas públicas sociais; a existência de algumas complexidades em termos de gestão e governança; as resistências dentro do setor em aceitar e promover projetos de empreendedorismo social; a inexperiência do fundamental e desejável trabalho de marketing dentro destas organizações; a dificuldade de estabelecerem uma gestão estratégica que as ajude a fazer frente às suas dificuldades; vemos que importa trabalhar junto das novas gerações pois estas constituem os futuros gestores das Organizações.

Estas organizações elencam uma série de características específicas: a primazia do indivíduo e do objeto social sobre o capital; a adesão livre e voluntária; o controlo democrático pelos seus membros; a combinação dos interesses dos seus membros beneficiários e o interesse geral; a defesa e a implementação dos princípios da solidariedade e da responsabilidade; a autogestão e independência face ao governo; o uso da maior parte do excedente para a prossecução de objetivos de desenvolvimento sustentável, no interesse dos membros e interesse público. (Martinho *et al*, 2014: 9).

Assim, acreditámos que a implementação de um projeto de empreendedorismo social em alunos do terceiro ciclo poderia trazer à tona a desmistificação de algumas destas questões, certos de que é na escola que deve começar a formação dos futuros líderes da Economia Social. Esclarecidos, conscientes, desinibidos, preparados para abarcar os novos desafios, tão complexos, da área social.

“De que valem os «projetos educativos na escola» lindíssimos, rosários das mais pias promessas, entre elas o destaque para a igualdade e para o sucesso educativo, se eles não passam de documentos escritos em gabinetes escolares, por professores carregados das melhores intenções, sem qualquer ligação às dinâmicas sociais envolventes, que não sejam (tantas vezes) as de aprovação formal de documentos (que nunca deixam de ser formais, para passarem a ser construções sociais locais)” (Azevedo, 2001:28).

O empreendedorismo social entra pelas nossas portas de um modo quase natural pois somos, todos, parte de uma sociedade. Como tal, não somos alheios às problemáticas que a caracterizam e somos chamados, mais ou menos ativamente, a fazer parte de movimentos que cumprem um fim essencialmente terapêutico na sociedade onde estamos integrados.

Neste contexto, o projeto que subjaz a esta artigo pretende contribuir para a consciencialização da importância que a educação tem neste processo. Precisamos de rentabilizar os nossos recursos educativos, nomeadamente na criação de competências relacionadas com a gestão, desmistificando ideias pré-concebidas acerca da economia social e solidária, mostrando a esta geração, 7^o e 8^o ano do terceiro ciclo do ensino básico, o valor deste trabalho, a pertinência desta intervenção e o mecanismo associado à especificidade do empreendedorismo social.

2 2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Em termos teóricos, o projeto em apreço nasce e faz sentido dentro daquilo a que nos vamos referir sempre como economia social. Para isso, e para que fique clara a definição usada (e

que influencia o trabalho prático), começaremos por esclarecer o que entendemos por economia social.

Citando Defourny e Develtere (1999: 16), “L'économie sociale regroupe les activités économiques exercées par des sociétés, principalement coopératives, des mutualités et des associations dont l'éthique se traduit par les principes suivants: 1. finalité de service aux membres ou à la collectivité plutôt que de profit; 2. autonomie de gestion; 3. processus de décision démocratique; 4. primauté des personnes et du travail sur le capital dans la répartition des revenus”.

Yunus (2011:19) diz-nos que “numa empresa social, o investidor tem o objetivo de ajudar as outras pessoas sem obter qualquer contrapartida financeira para si próprio. A empresa social é uma empresa porque deve ser autossustentável – ou seja, deve produzir um rendimento suficiente para cobrir os seus próprios custos”. Em outras palavras, “podemos pensar numa empresa social como um negócio abnegado, cujo objetivo é por fim a um problema social (...), neste tipo de empresa existe lucro mas ninguém fica com ele” (Idem).

Uma empresa social tem a particularidade de o “investidor” fazer a sua participação no negócio, assumindo que não terá qualquer contrapartida financeira. No entanto, é exigido que a empresa social promova a capacidade ser auto-sustentável, ou seja, deve produzir um rendimento suficiente para cobrir os seus próprios custos. Prevê-se ainda que haja capacidade de investimento e capacidade de reserva, que permitam à organização, por um lado, poder expandir o seu património, melhorando o seu impacto social e ainda ter a capacidade de fazer face a algum constrangimento que possa vir a encontrar.

Gregory Dees (2001:1) defende que o empreendedorismo social combina a paixão pela missão social com aspetos específicos do mundo empresarial que lhes pode acrescentar valor e eficácia. “The idea of social entrepreneurship has struck a responsive chord. It is a phrase well suited to our times. It combines the passion of a social mission with an image of business-like discipline, innovation, and determination (...) The time is certainly ripe for entrepreneurial approaches to social problems. Many governmental and philanthropic efforts have fallen far short of our expectations. Major social sector institutions are often viewed as inefficient, ineffective, and unresponsive. Social entrepreneurs are needed to develop new models for a new century”.

Não se trata, portanto, de desvirtuar os aspetos mais embrionários da economia social, mas antes de lhes acrescentar ferramentas e estratégias direcionadas para o sucesso e sustentabilidade. “In addition to innovative not-for-profit ventures, social entrepreneurship can include social purpose business ventures, such as for-profit community development banks, and hybrid organizations mixing not-for-profit and for-profit elements, such as homeless shelters that start businesses to train and employ their residents. The new language helps to broaden the playing field. Social entrepreneurs look for the most effective methods of serving their social missions” (Idem).

A centralização do poder e a generalização das políticas, particularmente na área social, penalizam completamente as intenções que tipificam as ações. Falamos de pessoas e dos seus problemas, falamos de seres humanos com limitações, falamos de famílias em risco, falamos de crianças que assumem com frequência preocupações de adultos. Não podemos vacilar. Não podemos hesitar numa ação que implica o bem-estar do outro.

Como nos diz Yunus (2011:21), “quando a nossa teoria económica se ajustar à realidade multidimensional da natureza humana, os alunos aprenderão nas escolas e nas universidades que há dois tipos de empresas: as empresas tradicionais com fins lucrativos e as empresas sociais. Quando forem crescidos, pensarão em que tipo de empresa investirão e em que tipo de empresa quererão trabalhar. E muitos jovens que sonham com um mundo melhor pensarão no tipo de empresa social que gostariam de criar. Quando ainda estiverem na escola, alguns jovens poderão começar a conceber empresas sociais e até mesmo a lançar empresas sociais individual ou coletivamente para exprimirem o seu talento criativo para mudar o mundo”.

A inovação social passa por prototipar projetos educativos impactantes junto das novas gerações e consideramos inegável que o desenvolvimento sustentável nos transporta para níveis de decisão descentralizados, devolvendo a voz aos atores sociais. Assim, o desenvolvimento endógeno apela ao empreendedorismo social e a instituições educativas locais que lancem essas sementes em parceria com associações cooperativas de desenvolvimento económico, social e cultural.

Inovar é um conceito que tem entrado pela porta da frente das empresas sociais. Os investidores, os beneméritos, os benfeitores, os sócios são também eles mais exigentes, mais informados e o pressuposto de inovação social está hoje muito presente nas organizações.

Os próprios programas comunitários privilegiam essa atitude e incentivam a competência por forma a desenvolver esta atitude de forma proactiva, competente, responsável e sustentável.

De acordo com a Comissão Europeia (2013: 6), social innovation can be defined as the development and implementation of new ideas (products, services and models) to meet social needs and to create new relationships or collaborations. It represents new responses to pressing social demands, which affect the process of social interactions. (...) They are innovations that are not only good for society but also enhance individual's ability to act. They are an opportunity both for the public sector and for the markets, so that the products and services better satisfy individual but also collective aspirations. Stimulating innovation, entrepreneurship and the knowledge-based society is at the core of the Europe 2020 Strategy.

Assim, convém que exploremos um pouco melhor o conceito de inovação social, aceitando o pressuposto por etapas veiculado na obra *The open book of social innovation* (Murray et al, 2010).

Numa primeira fase encontramos a fase de diagnóstico e inspiração. Neste momento do processo incluem-se todos os fatores que sublinham a necessidade de inovar. Podem ser motivos relacionados com momentos de crise, corte no financiamento público, desempenho aquém das expectativas ou desenvolvimento estratégico. Podem igualmente ser inspirações, possibilidades inovadoras com dignidade, que se apresentam como válidas. Nesta etapa pretende-se a capacidade de fazer um diagnóstico suficientemente claro que permita à empresa social enfrentar as causas profundas do problema, não apenas a identificação dos sintomas.

Numa segunda fase, encontramos o momento das propostas e ideias. É o momento da criatividade, aquele que acaba por ser crucial no restante processo. Vai beber muito do seu trabalho à fase anterior, pois os problemas e sintomas identificados podem e devem ser perspetivados como desafios. A organização é convidada a reinventar-se, a olhar as possibilidades que nunca viu, a traçar um caminho que não tinha definido inicialmente, a definir uma estratégia coerente e coesa, eficaz e eficiente.

Numa terceira fase, encontramos o momento dos projetos e dos primeiros resultados. É quando as ideias são testadas na prática. Nem sempre uma ideia é bem aceite no projeto concreto, nos vários enquadramentos que têm de ser feitos para que a possamos legitimar. É um momento em que é exigida muita resiliência e capacidade de adaptação. Os gestores da empresa social têm de conseguir harmonizar a teoria com a prática, sem desistir do rumo traçado. Até porque, com frequência, nesta fase é quando ainda é possível fazer ajustes dignos e pertinentes, pelo que é precioso que todos os envolvidos estejam particularmente comprometidos com o processo.

Na quarta fase encontramos a sustentabilidade. A ideia inicialmente pensada é agora uma prática do quotidiano. Há que olhar as ideias com capacidade crítica, arrojo e simultaneamente a tenacidade suficiente para permitir que efetivamente seja uma ideia sustentável financeiramente num prazo mais alargado. Esta etapa exige que os gestores olhem analisem firmemente todos os envolvidos na ideia, nomeadamente o próprio

enquadramento jurídico, de modo a evitar tanto quanto possível o aparecimento de algum revés.

Numa quinta fase encontramos a capacidade de verificar a escala da ideia e a difusão da mesma. Neste momento há que observar aspetos como a procura do mercado, a forma como os aspetos legais de consultoria e contabilidade se têm refletido após a implementação do projeto. É suposto que seja dado um salto quantitativo, aquilo a que vulgarmente chamamos “dar um salto” pois estão assumidas as etapas anteriores em que, assumidamente, foi preparada a conjuntura que leva a que o momento atual seja possível.

Numa última fase encontramos as mudanças sistémicas, aquilo que no fundo é o objetivo último de qualquer ideia de inovação social. Este momento pressupõe a interação de vários elementos: movimentos sociais, modelos de negócio, enquadramentos legais e jurídicos, estatística e infraestruturas, e formas totalmente novas de fazer e de pensar. As inovações sociais apresentam-se normalmente como reação a uma prática anterior, mas o seu sucesso depende largamente da viabilidade económica que apresentam nesta fase.

O processo de inovação social deve ainda ser apoiado em práticas consubstanciadas por análises teóricas válidas. Deve haver um tratamento rigoroso da relação entre as ideias e a sua exequibilidade. As organizações devem procurar esse apoio em fundações, instituições de ensino ou consultores de forma a tornar toda esta metodologia mais vantajosa em todos os aspetos pois o que poderá à primeira vista ser uma despesa pouco vantajosa, terá certamente repercussões nos diversos momentos da sua conceção.

Em suma, a função da política social num quadro de democracia participativa é indiscutível, mas temos de estar preparados para reformar mentalidades, temos de aceitar conceder aos outros a possibilidade de serem escutados e acima de tudo temos de assumir responsabilidades.

Ainda de referir que, como objetivo secundário inerente ao projeto em questão, sublinhamos a possibilidade de utilizar o novo diploma da Autonomia e Flexibilidade numa ótica de desenvolvimento local, regional, possibilitando aos alunos que compreendam a economia social enquanto um aspeto fulcral do desenvolvimento económico, na medida em que este só poderá encontrar equilíbrio se os problemas e desequilíbrios sociais forem assumidos como um assunto com resolução. Pretendemos colocar na mão das novas gerações os instrumentos e ferramentas que o empreendedorismo social lhes fornece e assim contribuir para uma futura geração de governantes e gestores das organizações, públicas ou privadas, mais conscientes da amplitude de problemas, mas também mais bem munidos com uma mais expressiva variedade de soluções.

3 3. MÉTODO

O empreendedorismo social emerge sempre que a sociedade civil se sobrepõe ao Estado na resolução de problemas sociais, na procura de práticas alternativas que respondam às necessidades não atendidas nem pelas estruturas governamentais, nem pelo mercado. Para além disso, pretende responder a problemas sociais de forma inovadora e ainda promover a sustentabilidade das Organizações de Economia Social, com o propósito de cumprir a sua missão social.

Concretamente, trabalhámos com os alunos do 7º e 8º ano do Agrupamento Escolas Verde Horizonte - Mação, no ano lectivo 2019/2020. Esta escolha recai no facto de, por um lado, ser no 3º ciclo do ensino básico que os alunos recebem mais estimulação relativamente à sua vocação e, por outro lado, para integrarmos o nosso projeto na Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (Direção-Geral da Educação, 2017, p.7):

“Os diferentes domínios da Educação para a Cidadania estão organizados em três grupos com implicações diferenciadas: o primeiro, obrigatório para todos os níveis e ciclos de

escolaridade (porque se trata de áreas transversais e longitudinais), o segundo, pelo menos em dois ciclos do ensino básico, o terceiro com aplicação opcional em qualquer ano de escolaridade. 1.º Grupo: Direitos Humanos (civis e políticos, económicos, sociais e culturais e de solidariedade); Igualdade de Género; Interculturalidade (diversidade cultural e religiosa); Desenvolvimento Sustentável; Educação Ambiental; Saúde (promoção da saúde, saúde pública, alimentação, exercício físico). 2.º Grupo: Sexualidade (diversidade, direitos, saúde sexual e reprodutiva); Media; Instituições e participação democrática. Literacia financeira e educação para o consumo; Segurança rodoviária; Risco. 3.º Grupo: Empreendedorismo (na suas vertentes económica e social); Mundo do Trabalho; Segurança, Defesa e Paz; Bem-estar animal; Voluntariado. Outras (de acordo com as necessidades de educação para a cidadania diagnosticadas pela escola e que se enquadre no conceito de EC proposto pelo Grupo).”

Consideramos, portanto, que o projeto aplicado que neste artigo apresentamos se enquadra perfeitamente no 3º grupo acima indicado e a opção pelos 7º e 8º anos diz respeito ao facto de que estes dois anos estão já abrangidos pelo novo diploma da Autonomia e Flexibilidade Curricular.

Para este fim, criámos todo o programa de empreendedorismo social, assim como todo o material pedagógico a ser utilizado, reajustando sempre que foi necessário.

A avaliação do impacto da nossa intervenção foi feita através de três questionários e seis entrevistas. Os questionários foram destinados aos alunos antes, durante e depois do projeto e permitiram acompanhar a percepção dos alunos acerca dos seguintes conceitos chave: economia, economia social, empreendedorismo e empreendedorismo social; as entrevistas foram realizadas com os diretores das turmas envolvidas e ainda com o diretor do Agrupamento. As entrevistas permitiram perceber as expectativas e as diferentes percepções que estes seis elementos tiveram da nossa intervenção. De notar que os diretores de turma estiveram sempre presentes nas aulas, pois eram eles os titulares da disciplina e tinham de avaliar os seus alunos no final do período escolar.

Para estruturação do trabalho que desenvolvemos, utilizámos como referenciais teóricos o Manual de Empreendedorismo Social Jovem (2017), da Social SME Academy, assim como o Guião de Educação Para o Empreendedorismo (2006), sob a direcção de Luís Capucha.

O projeto contou com 45 minutos semanais por cada turma – na hora destinada à disciplina de Cidadania e Desenvolvimento – o que fez um total de aproximadamente 10 horas de implementação em cada uma das turmas dos 7º e 8º anos. As aulas decorreram todas as semanas entre os meses de Setembro a Dezembro de 2019, perfazendo cerca de 4 horas e trinta minutos de aulas semanais.

Disponibilizamos no Anexo I a planificação sob a forma de quadro resumo, permitindo uma consulta mais resumida e visualmente mais ilustrativa do encadeamento previsto.

Passamos a apresentar a planificação que serviu de base destas 11 aulas, nomeadamente os objetivos gerais, os objetivos específicos, os conteúdos e as competências que nos propusemos desenvolver:

As primeiras 4 aulas foram projetadas para atingir o objetivo geral: *sensibilizar os alunos do 3º ciclo do ensino básico para a problemática associada à economia social*. O objetivo específico era *promover/melhorar o conhecimento dos alunos relativamente ao enquadramento e acção das organizações de economia social*. Nestas, os conteúdos a abordar eram a *economia*, a *economia social* e os *atores de economia social*. A competência a desenvolver, para além do evidentemente conhecimento teórico implícito, era o *pensamento social crítico*.

As 3 aulas seguintes tinham como objetivo geral: *umentar a percepção dos alunos do 3º ciclo do ensino básico relativamente às valências do conceito de empreendedorismo social*. O objetivo específico era *promover/melhorar o conhecimento dos alunos relativamente às possibilidades abertas pelo empreendedorismo social*. Os conteúdos abordados nesta fase foram o *empreendedorismo*, o *empreendedorismo social*, o *empreendedor social* e a *inovação*

social, pretendendo-se desenvolver as seguintes competências: *criatividade/ inovação* e novamente o *pensamento social crítico*.

As últimas 4 aulas ficaram então destinadas ao objetivo geral: *fazer surgir junto de alunos do 3º ciclo do ensino básico projetos de empreendedorismo social*. O objetivo específico era *promover/propiciar momentos concretos de surgimento/criação de projetos de empreendedorismo social por parte dos alunos*. Nestas aulas os conteúdos passavam essencialmente pela criação de uma ideia de negócio social e as competências que pretendíamos desenvolver eram: *autoconfiança/assumpção de riscos, iniciativa/ energia, resistência ao fracasso, planeamento/ organização, criatividade/ inovação* e *pensamento social crítico*.

A avaliação apresenta-se como um elemento crucial. Para haver inovação social, há impacto social. Ou seja, a inovação social passa por uma intervenção significativa e que leve à mudança naquilo que inicialmente tenha sido identificado como problemático e, portanto, o impacto deve ser avaliado pois a avaliação é uma ferramenta fundamental de apoio à gestão.

De acordo com Rogers (2014: 1), as avaliações do impacto fornecem informações sobre os impactos produzidos numa/ através de uma intervenção, “impacts as positive and negative, primary and secondary long-term effects produced by a development intervention.”

Lemos ainda que a avaliação do impacto pode ser motivada por objetivos formativos (melhorar ou reorientar um programa ou política) ou por objetivos sumativos (dar robustez a decisões sobre a continuação, cessação ou replicação de um determinado programa ou política. “As impact evaluation should only be undertaken when its intended use can be clearly identified and when it is likely to be able to produce useful funding, taking into account the availability of resources and the timing about the programme or policy under investigation.” (Idem: 2)

A avaliação de impacto situa-se essencialmente na relação entre objetivos gerais e objetivos específicos, pelo que o próprio questionário vai buscar à planificação estes objetivos de forma intrínseca, para podermos ousar aferir efectivamente o impacto da nossa ação.

Para isso, especificámos três momentos distintos do projeto para aplicação das escalas de medição do impacto: o questionário de diagnóstico, que nos permitiu medir as aceções e sensibilidades dos intervenientes numa fase que antecede a implementação do programa; o questionário de implementação, que foi aplicado a meio do programa para verificar a sua eficácia e ajustar eventuais metodologias; e o questionário final, totalmente vocacionado para uma análise comparativa com o diagnóstico e a fim de medir o impacto do programa.

4

5 4. RESULTADOS

Começamos então pelo conceito de economia. No primeiro questionário, os resultados mostram que 70 dos 97 alunos respondentes foram capazes de definir este conceito com recurso a expressões incompletas, ou seja, apenas conseguiram identificar uma característica essencial, como por exemplo, “Tem a ver com poupar e gerir dinheiro”. No mesmo momento, 20 dos alunos em análise não conseguem definir (“Os bens e os serviços”, “Juntar dinheiro”), não tendo havido qualquer resposta completa.

No segundo questionário, o mesmo conceito obteve já uma diferente configuração. 65 dos 97 alunos continuaram a ser apenas capazes de identificar uma característica essencial, 15 alunos mantêm a incapacidade para fornecer uma resposta correta e 8 alunos conseguiram já uma resposta completa e de acordo com o pretendido (“Uma ciência que estuda os bens e serviços, que nos ensina a gerir e faz-nos compreender os movimentos financeiros”).

No último questionário, encontramos 54 respostas incompletas, contra 24 respostas em que não é apresentada uma definição correta e finalmente 17 respostas completas.

Como vemos, do primeiro para o segundo questionário encontramos evidências de uma capacidade de definição do conceito melhorada, o que se relaciona com o enquadramento teórico que foi inculcado nas aulas, cujo enfoque era precisamente a compreensão destes

conceitos, através da sua ilustração. No terceiro questionário nota-se claramente a evolução do número de respostas completas, mas também é de referir que notamos algum retrocesso no número de respostas incorrectas (relativamente ao segundo questionário), o que relacionamos com o facto de que aquele foi realizado numa fase do projeto em que o enfoque estava do lado dos projetos propriamente ditos, ou seja, da prática, o que acaba por ajudar a entender um pouco esta constatação.

Quanto ao segundo conceito, economia social, no primeiro questionário 71 dos 97 alunos “Não consegue definir”, sendo a maioria das respostas “Ajudar o planeta” ou “Poupar a sociedade”. É curioso notar que comparativamente à pergunta anterior os resultados neste primeiro momento são praticamente inversos e os restantes 26 alunos apenas apresentam respostas imprecisas/incompletas, como é o caso da seguinte “Uma associação sem fins lucrativos”. De referir que a turma A do 8º ano se destaca neste momento da amostra pelo equilíbrio que consegue entre o número de respostas 1) e 2), que não se verifica nos restantes casos. Acreditamos que este facto se relaciona com alguns aspetos particulares, nomeadamente as métricas relacionadas com a idade e algumas variáveis do perfil do empreendedor, que demonstram que este grupo de alunos tem manifestamente uma homogeneidade que se destaca das outras turmas.

Num segundo momento, 51 dos 97 alunos continuam a não conseguir definir economia social, a par de 37 alunos que o conseguem fazer com recurso a expressões imprecisas, e já encontramos 7 alunos capazes de fornecer uma resposta completa, como é o caso da seguinte: “Iniciativas levadas a cabo pela sociedade civil para resolver problemas públicos, sem querer ganhar dinheiro”. Destacamos nesta fase a turma B do 7ºano que apresenta o valor mais alto de respostas completas, o que não conseguimos explicar através de nenhuma variável, mas apenas por ter sido um dos mais empenhados e curiosos grupos nesta fase do projeto.

Num terceiro momento, encontramos 56 alunos a não conseguir definir o conceito de economia social, contra 23 que já o conseguem fazer, utilizando expressões imprecisas, e 16 alunos conseguem já fornecer uma resposta completa. De notar que: a turma B do 7º ano demonstra uma quebra nos resultados obtidos anteriormente; a turma A do 7ºano mantém-se equilibrada, demonstrando até a evolução mais expressiva em respostas do tipo 3, passando de 0 (num segundo momento) para 7 na fase agora em estudo; na turma A do 8º ano notamos um equilíbrio relativamente àquilo que têm vindo a ser os seus resultados; a turma B do mesmo ano evidencia nesta fase algumas fragilidades. Acreditamos que esta constatação se relaciona com o facto de ter sido precisamente nesta fase que a turma em questão deixou cair a sua iniciativa, o que poderá ter levado a alguma frustração, influenciadora da sua performance; e finalmente a turma C do 8º ano a mostrar uma melhoria significativa em relação aos resultados obtidos no segundo questionário.

Em termos de evolução, é visível no primeiro momento de avaliação que este conceito lhes trazia novidade e os colocava perante alguma incapacidade de responder. No segundo momento, verificamos que 20 respostas saíram do âmbito mais negativo para um enquadramento positivo em que já houve capacidade de responder, ainda que com recurso a expressões imprecisas. E finalmente no terceiro momento, destaca-se o aumento de respostas completas que já foi possível encontrar, ilustrativo do impacto do processo educativo a que foram sujeitos.

Quanto ao terceiro conceito em apreço, “Empreendedorismo é...”, no primeiro momento de avaliação encontramos 69 em 97 alunos que não conseguiram fornecer uma resposta válida (como é o caso da seguinte “É para ganhar lucro”), seguidos de 22 alunos que fornecem uma resposta com recurso a expressões indefinidas, como é o caso de “Ser capaz de ver um problema e resolvê-lo”. Destacamos neste ponto que é visível a diferença de maturidade entre o 7º e o 8º ano pois: no 7º ano 34 dos 37 alunos não conseguiram definir; ao passo que no 8º ano, 35 em 60 alunos não conseguem igualmente definir, mas encontramos já 19 alunos com respostas imprecisas e 6 que conseguem fornecer uma definição aceitável como correta, “Uma capacidade de identificar um problema e ultrapassá-lo com uma solução nova”.

No segundo momento de avaliação, encontramos 45 respostas com recurso a expressões imprecisas, a par de 44 alunos que não conseguem efetivamente definir o conceito e novamente 6 alunos fornecem uma resposta adequada. Apontamos aqui a particularidade de que o 8º ano detinha, no primeiro momento, a totalidade das respostas completas (6), passando agora o 7º ano a liderar nesta contagem (4). De qualquer forma, continuamos a notar diferenças meritórias de apontamento no que diz respeito a estes dois anos em apreço pois: no 7º ano, dos 37 alunos, 24 continuaram a não conseguir definir o conceito, contra 10 que definem com recurso a expressões imprecisas e 4 que conseguem definir utilizando expressões adequadas; já no 8º ano, dos 60 alunos, 35 conseguem dar uma resposta ainda que com recurso a expressões imprecisas, a par de 20 alunos que continuaram a não conseguir fornecer uma definição, e 2 a conseguir dar uma resposta completa.

No último momento de avaliação, encontramos equilíbrio na amostra: 43 alunos conseguem definir utilizando expressões imprecisas (mais 8 em relação ao resultado anterior); 35 alunos não conseguem definir o conceito (menos 9 do que no resultado anterior); e 14 alunos conseguem fornecer uma resposta completa, o que melhora significativamente em relação aos dois momentos anteriores da avaliação.

Analisando a evolução dos alunos ao longo dos três momentos, constatamos que: no primeiro momento, 71% da amostra não conseguia definir o conceito de empreendedorismo, o que no último momento se manifestou em apenas 36% da amostra; já a capacidade de responder, ainda que com recurso a expressões imprecisas, passou de 22% para 44%; e, finalmente, o número de alunos que conseguiram dar uma resposta completa, passou de 6% no primeiro momento, a 14% no último. Parece-nos um resultado meritório e que denota o trabalho pedagógico que foi desenvolvido.

Quanto ao quarto conceito em apreço, “Empreendedorismo social é...”, no primeiro momento de avaliação encontramos 74 em 97 alunos que não conseguiram fornecer uma resposta válida (como é o caso da seguinte “Ajudar quem precisa”), seguidos de 21 alunos que fornecem uma resposta com recurso a expressões indefinidas, como é o caso de “Fazer algo inovador que ajude os outros”. De referir que neste conceito encontramos já, neste primeiro momento, duas respostas consideradas completas, o que (apesar de ser um número baixo) é significativo dado ser, sem dúvida, o conceito mais difícil de definir devido à complexidade do mesmo (“Ultrapassar um problema social com uma nova solução sem lucros”). Notamos neste ponto, à semelhança de momentos anteriores, que é visível a diferença de maturidade entre o 7º e o 8º ano pois: no 7º ano 34 dos 37 alunos não conseguiram definir; ao passo que no 8º ano, 40 em 60 alunos não conseguem igualmente definir, mas encontramos já 18 alunos com respostas imprecisas e 2 que conseguem fornecer uma definição aceitável como correta.

No segundo momento de avaliação, encontramos ainda uma maioria de alunos que não conseguem definir esse conceito, 57 em 97, a par de 35 alunos que conseguem definir com recurso a expressões imprecisas e 5 alunos a conseguir definir de forma considerada adequada. De notar que estes resultados evidenciam uma grande homogeneidade na evolução dos dois anos letivos em análise, sendo a evolução positiva e equilibrada.

No terceiro momento da avaliação, os resultados são muito semelhantes àqueles que obtivemos no momento anterior, encontrando 56 alunos que mantêm a incapacidade de definir o conceito, 35 alunos a conseguir defini-lo com recurso a expressões imprecisas e finalmente 4 alunos a conseguirem dar uma resposta completa. À semelhança do conceito anteriormente analisado, acreditamos que esta aparentemente pouco significativa evolução do segundo para o terceiro questionários se relaciona com o facto de que neste momento do projeto estávamos há já 4 aulas a trabalhar com as iniciativas propriamente ditas, tendo havido algum afastamento do tratamento teórico dos conceitos.

Analisando a evolução dos alunos ao longo dos três momentos, constatamos que: no primeiro momento, 76% da amostra não conseguia definir o conceito de empreendedorismo social, o que no último momento se manifestou em 57% da amostra; já a capacidade de responder, ainda que com recurso a expressões imprecisas, passou de 21% para 36%; e, finalmente, o número de alunos que conseguiram dar uma resposta completa, passou de 2% no primeiro

momento, a 4% no último. Comparativamente aos conceitos anteriormente analisados, notamos que a nossa intervenção tem um impacto generalizado na capacidade dos alunos definirem economia, economia social, empreendedorismo e empreendedorismo social, reconhecendo que este último acaba por lhes trazer maiores dificuldades enquanto conceito a definir, o que portanto pode querer significar que o tempo destinado ao mesmo (em futuras intervenções) tenha de ser maior pois é, efetivamente, um termo mais complexo.

6 6. CONCLUSÃO

Fazendo um balanço do projeto aplicado “Inovação e Governança para a Sustentabilidade das Organizações de Economia Social: educação de jovens empreendedores e dirigentes de projetos sociais”, consideramo-nos satisfeitos com o trabalho realizado pois o mesmo pretendia provar, e provou, que é possível e desejável apostarmos na educação para o empreendedorismo social dos jovens.

A questão de investigação que subjaz a este projeto: “Qual o impacto de um projeto de empreendedorismo social numa escola pública? O caso concreto do Agrupamento Escolas Verde Horizonte de Mação” ficou respondida:

O impacto é visível nos alunos, que aumentaram de modo significativo as suas aceções acerca dos conceitos chave que pretendíamos alcançar: economia, economia social, empreendedorismo; e empreendedorismo social;

O impacto é visível nos professores, neste caso nos diretores de turma, que assumem que o projeto, além de se ajustar perfeitamente à disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, acrescenta valor aos alunos nele envolvidos: permitindo desenvolver competências; e levando estes alunos a reconhecer de modo mais efectivo as organizações de economia social que os rodeiam;

O impacto é visível junto do agrupamento de escolas, pois denotámos o reconhecimento claro em relação ao trabalho desenvolvido, denotámos o efeito positivo do mesmo enquanto, por um lado, oportunidade de oferecer aos alunos uma oferta diferente e, por outro lado, pela mudança social efectiva que acabou por acontecer, nomeadamente na forma como a escola interagiu com públicos com os quais não tinha interações significativas, como é o caso dos idosos e das associações.

O impacto é ainda visível em pontos que nem sequer tínhamos colocado como objetivo: junto dos elementos que acabaram por se tornar parceiros dos nossos alunos, como a Câmara Municipal de Mação, as Associações do Concelho, e os próprios idosos que tomaram parte ativa num dos projetos.

Reconhecemos, contudo, que, em futuras intervenções, é necessário efectuar ajustes relativamente à forma como este tema é abordado. A operacionalização do mesmo tem de respeitar com mais rigor o escalão etário a que se dirige, pois embora tenhamos assumido que estávamos a trabalhar dentro do mesmo ciclo de estudos, estamos a lidar com idades cujas características mudam de forma muito expressiva, de um ano para o outro, resultado este que acaba por se verificar nas próprias iniciativas levadas a cabo pelos alunos e pelas suas aceções dos conceitos chave.

O principal obstáculo que verificámos foi o tempo. Para podermos adaptar o nosso projeto à realidade e às exigências do sistema educativo, apenas pudemos utilizar três meses, um período escolar, o que acabou por se demonstrar demasiado curto para o trabalho que entretanto foi iniciado pelos alunos, as suas iniciativas, cujas expectativas acabam por ficar comprometidas pelo facto de terem de avançar para outras temáticas no segundo período. Neste aspeto particular, parece-nos que o empreendedorismo social na disciplina de Cidadania e Desenvolvimento devia ser uma competência transversal a ser desenvolvida, pois consegue adaptar-se à quase totalidade dos temas.

Esta sugestão, resultado da análise que fizemos do impacto da intervenção descrita neste artigo, assume que os alunos são capazes de analisar qualquer tema que lhes seja dado na

perspectiva em que o empreendedorismo social os coloca: identificar fragilidades/problemas, sugerir mudanças necessárias, prever ações sustentáveis e inovadoras, definir objetivos, criar redes de parceria, identificar stakeholders. Ou seja, a melhor forma de realmente provocarmos mudança social, através da formação dos futuros gestores das organizações de economia social, passa pela forma como a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento está a ser aproveitada. A escola tem já em si todos os recursos de que necessita, apenas não os está a aproveitar da forma mais eficaz.

O novo diploma da Autonomia e Flexibilidade dá efetivamente esta possibilidade às escolas e portanto acreditamos que o caminho está traçado e basta sensibilizar os agentes educativos para esta problemática, envolvê-los nesta preocupação, mostrar-lhes a viabilidade das ações acima descritas, torná-los cúmplices destas preocupações.

7 7. REFERÊNCIAS

- Azevedo, J. (2001). Leitura de síntese: inteligência política, estratégia, mobilização social e realização de compromissos sociais. Consultado em dezembro de 2019. Disponível em: http://biblioteca.esec.pt/cdi/ebooks/docs/inteligencia_pol.pdf
- Carneiro, R. (2012). *O futuro da educação em Portugal – tendências e oportunidades: Um estudo de reflexão prospectiva*. Lisboa: Ministério da Educação, Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento.
- Comissão Europeia (2013). *Guide to Social Innovation*.
- Dees, J.G. (2001). The meaning of “social entrepreneurship”. Consultado em abril de 2020. Em: https://centers.fuqua.duke.edu/case/wp-content/uploads/sites/7/2015/03/Article_Deess_MeaningofSocialEntrepreneurship_2001.pdf.
- Defourny, J., Develtere, P. (1999). Origines et contours de l'économie sociale au Nord et au Sud, In Defourny, J., Develtere, P. e Fonteneau, B. (org). *L' économie sociale au Nord et au Sud*, Paris, De Boeck Université, 25-56.
- Direção Geral Da Educação (2017). *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania*, XXI Governo Constitucional.
- Martinho, A., Parente, C, Silva, S. (2014). *És social: guião pedagógico do documentário*. Porto: Ebook Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Murray, R.Caulier-Grice, J. & Mulgan, G. (2010). *The Open Book of Social Innovation*. London: The Young Foundation.
- Rogers, P. (2014). Overview of Impact Evaluation, Methodological Briefs: Impact Evaluation 1, UNICEF Office of Research, Florence.
- Yunus, M. (2011). *A Empresa Social - A nova dimensão do capitalismo para fazer face às necessidades mais prementes da humanidade*. Lisboa: Editorial Presença.

ANEXOS

ANEXO I – PLANIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivos Gerais	Objetivos específicos	Conteúdos	Competências	Ações	Duração
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Sensibilizar os alunos do 3ºciclo do ensino básico para a problemática associada à economia social 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Promover/melhorar o conhecimento dos alunos relativamente ao enquadramento e acção das organizações de economia social 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Economia ✓ Economia social ✓ Actores de economia social 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Pensamento social crítico 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Questionário ✓ Exposição ✓ Jogo ✓ Convidados 	4*45minutos
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aumentar a percepção dos alunos do 3ºciclo do ensino básico relativamente às valências do conceito de empreendedorismo social 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Promover/melhorar o conhecimento dos alunos relativamente às possibilidades abertas pelo empreendedorismo social 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Empreendedorismo ✓ Empreendedorismo social ✓ Empreendedor Social ✓ Inovação Social 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Criatividade/inovação ✓ Pensamento social crítico 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Exposição ✓ Jogo ✓ Questionário 	3*45 minutos
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Fazer surgir junto de alunos do 3ºciclo do ensino básico projetos de empreendedorismo social 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Promover/propiciar momentos concretos de surgimento/criação de projetos de empreendedorismo social por parte dos alunos 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Criar uma ideia de projeto 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Autoconfiança/assumpção de riscos ✓ Iniciativa/ energia ✓ Resistência ao fracasso ✓ Planeamento/ organização ✓ Criatividade/ inovação ✓ Pensamento social crítico 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Actividade “role play” ✓ Questionário 	4*45 minutos

Tabela 1 - Planificação do Projeto